



# Quatenaire Portugal

**Relatório de Contas 2020**

“

**Desde 1990 a contribuir  
para o desenvolvimento** ”

# Índice

<b>Órgãos Sociais</b>	<b>5</b>
<b>Relatório de Gestão</b>	<b>6</b>
<b>Anexo ao Relatório de Gestão</b>	<b>27</b>
<b>Balanço a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>28</b>
<b>Demonstração dos Resultados por Natureza a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>29</b>
<b>Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>31</b>
<b>Relatório e Parecer do Fiscal Único</b>	<b>50</b>
<b>Certificação Legal das Contas</b>	<b>51</b>
<b>Acionistas</b>	<b>54</b>



# Órgãos Sociais

**Em 31 de dezembro de 2020, a composição dos Órgãos Sociais era a seguinte:**

## **Assembleia-geral**

**Dr. Álvaro Cerdeira do Coto**  
Presidente

**Doutor Rui Graça de Castro Feijó**  
Vice-presidente

**Arq.<sup>a</sup> Rute Marques de Almeida Afonso**  
Secretária

## **Conselho de Administração**

**Dr.<sup>a</sup> Maria Elisa Pérez da Silva Babo**  
Presidente

**Arq.<sup>a</sup> Ana Maria Moreira Freire de Moraes Barroco Parreira do Amaral**  
Vogal

**Dr. Manuel Carlos de Carvalho Fernandes**  
Vogal não executivo

## **Fiscal Único**

**Dr. Leonardo Pires Cerejeira (ROC n.º 747)**  
Efetivo

**Dr. João Miguel Gonçalves da Silva (ROC n.º 1562)**  
Suplente

# Relatório de Gestão 2020

<b>I. Apresentação</b>	<b>7</b>
<b>II. A Atividade da Sociedade em 2020</b>	<b>8</b>
1. Adaptação da empresa ao contexto da crise pandémica	8
2. Organização e recursos humanos	9
3. Instalações	10
4. Desempenho económico e financeiro	11
4.1. Comportamento Geral do Mercado	11
4.2. Desempenho e Volume Global de Negócios	12
4.3. Volumes de Negócios por Áreas	15
4.4. Resultados e Rendibilidade	19
4.5. Indicadores Económicos e Financeiros	22
<b>III. Perspetivas de evolução da Sociedade</b>	<b>24</b>
<b>IV. Proposta de aplicação de resultados</b>	<b>26</b>

# I. Apresentação

O presente Relatório de Gestão referente ao exercício de 2020 apresenta os elementos relativos ao desempenho económico e financeiro da Quaternaire Portugal (QP) e respetivos resultados finais. Nesse sentido, o documento procura explicitar e clarificar junto dos atuais acionistas da empresa as condições explicativas do desempenho global da empresa, reunindo o conjunto de elementos exigidos de apresentação de contas do final do exercício.

A empresa em 2020 fez algumas apostas sérias em três matérias: primeiro, o reforço da sua equipa interna de consultores, com incorporação de pessoas qualificadas e com experiência comprovada em áreas de consultoria; em segundo, a consolidação da aposta em algumas áreas dentro das políticas públicas, como são os casos das políticas de valorização e defesa da paisagem, da política de educação e formação, incluindo a certificação de qualificações e de formação, ou da política de inovação e promoção da transferência de conhecimento e tecnologia no quadro das estratégias de especialização

inteligente; por último, a diversificação das formas de negócio, com a participação e coordenação de um projeto a realizar no contexto de uma parceria alargada, de instituições públicas e privadas, e financiado ao abrigo de um instrumento internacional.

Apesar das condicionantes que a crise pandémica criou, de que a transição global em períodos prolongados para a situação do teletrabalho é a mais acentuada, a empresa conseguiu manter níveis de produtividade interessantes e uma situação de tesouraria bastante estável.

Ficou demonstrado ao longo de 2020 não apenas o grau de resiliência da equipa QP, mas também a sua capacidade de inovação incremental em termos organizativos.

## II. A Atividade da Sociedade em 2020

### 1. Adaptação da empresa ao contexto da crise pandémica

O ano de 2020 foi marcado inquestionavelmente pela necessidade da empresa se adaptar aos impactos da atual crise pandémica, que se manifestaram tanto ao nível das pessoas como das organizações, e em particular à necessidade de reorganização completa da atividade da empresa em modelo de teletrabalho. A situação de confinamento instituída durante o mês de março de 2020, exigiu um esforço de adaptação de toda a equipa QP, que implicou para além de uma rápida reorganização dos recursos tecnológicos, de forma a proporcionar boas condições de trabalho a todos os colaboradores a partir dos seus domicílios, uma aprendizagem célere no sentido de transpor o ambiente de trabalho em equipa em escritório, no caso de Matosinhos e de Lisboa, para um ambiente virtual, sem perder a ligação entre os diversos colaboradores e a coesão interna da equipa. Uma terceira dimensão da adaptação da empresa a este contexto de pandemia, não menos complicada, foi a manutenção do relacionamento com os clientes e os principais *stakeholder* envolvidos nos projetos, em particular, em trabalhos assentes em metodologias participativas ou que requerem levantamentos exigentes de informação no terreno.

No que respeita aos aspetos tecnológicos, a resposta das soluções informáticas tem-se mostrado relativamente bem adequada às exigências que a situação de teletrabalho, prolongada, colocou e continua a colocar. Foi necessário ultrapassar alguns problemas a nível do equipamento central, não apenas no escritório de Matosinhos, mas sobretudo no escritório de Lisboa, que neste caso também se justificaram devido à mudança de instalações. A empresa tinha sido informada pelo senhorio das antigas instalações de Lisboa, de que o contrato de arrenda-

mento, que se vencia a 31 de maio de 2020, não iria ser renovado. Apesar de ter beneficiado de alguns meses de moratória devido à pandemia, foram feitas mudanças de instalações em Lisboa durante o mês de setembro.

Em termos do funcionamento da equipa, procuraram-se criar determinadas rotinas de comunicação entre as pessoas, contribuindo para evitar alguma desagregação de equipa decorrente do isolamento que a situação do teletrabalho tenderia a gerar. Nesse sentido foram criadas rotinas de *briefings* diários para os colaboradores dos dois escritórios, Porto e Lisboa, e foi introduzida a regularidade de uma sessão de debate semanal, que permitiu a troca de informação e de ideias, incluindo sobre os impactos da pandemia na atividade da empresa e do setor da consultoria em que nos inserimos. Completados com a regularidade de reuniões mensais, para partilha de informação sobre projetos e organização de equipas, a empresa conseguiu manter uma equipa coesa e com um bom nível de comunicação e de partilha, sem grandes impactos na capacidade de resposta ao nível dos trabalhos.

No que se refere à relação com o mercado e com outros interlocutores no âmbito dos trabalhos em curso, os esforços de adaptação ao espaço virtual através do uso de plataformas têm permitido, em geral, substituir a presença dos consultores em reuniões com os clientes e na realização de entrevistas ou reuniões em painéis indispensáveis para o prosseguimento dos trabalhos.

Complementarmente, a empresa garantiu os planos de contingências necessários para a utilização, ainda que parcial, do escritório de Matosinhos, durante os períodos



do ano em que alguns colaboradores optaram por voltar a trabalhar no escritório. No caso de Lisboa, por motivo de mudança das instalações, ainda não se procedeu a uma utilização, mesmo que parcial, do novo escritório.

O balanço em termos gerais é positivo, devendo-se no essencial a uma enorme capacidade demonstrada por todos os colaboradores em adaptarem-se às condições do teletrabalho e das dificuldades inerentes a uma situação, sem dúvida, psicologicamente muito desgastante. Sublinha-se, neste aspeto, um enorme sentido de responsabilidade e profissionalismo de todos os colaboradores e, em especial, daqueles que têm filhos menores de 12 anos, com situações bastante exigentes ao nível da gestão familiar. Nesse sentido, a empresa procurou também responder ao esforço material assumido pela totalidade dos seus trabalhadores na garantia de condições, nos respetivos domicílios, adequadas ao cumprimento das funções, instituindo um subsídio mensal destinado a compensar custos domésticos (especialmente associados a despesas de comunicações e energia).

Uma última nota importante, no contexto dos impactos da pandemia, refere-se ao facto de a empresa ter decidido adiar o programa de comemoração do seu 30º aniversário, que estava em preparação, na medida em que a componente presencial em eventos de natureza institucional e social se tornou inviável. É intenção, contudo, aproveitar o ano de 2021 para promover alguma atividade que possa ainda assinalar, para além dos suportes comunicacionais, este marco na vida da empresa.

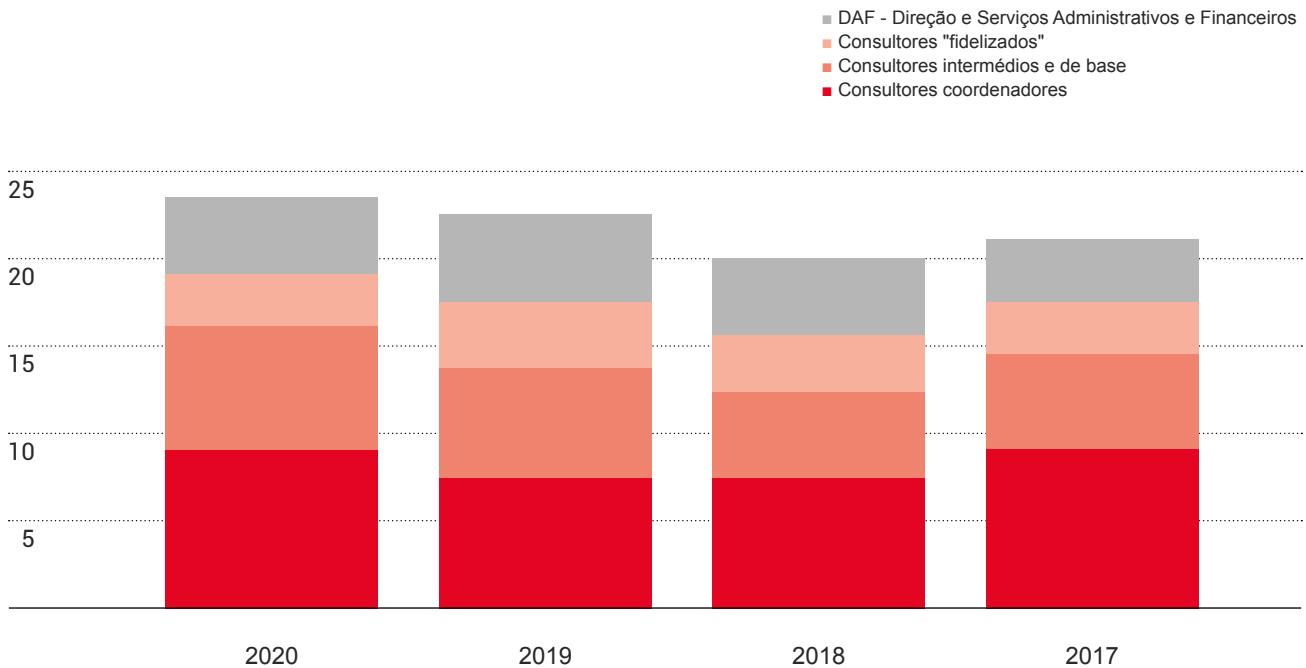
## 2. Organização e recursos humanos

A empresa mantém o modelo de organização geral de quatro áreas de trabalho, embora com uma tendência assumida de apostar na transversalização das equipas de forma a poder retirar benefícios do potencial de *cross selling* que dispõe.

A consolidação das diversas áreas de trabalho e a aprovação da candidatura “*Reservas da Biosfera: territórios sustentáveis, comunidades resilientes*” apresentada em consórcio liderado pela QP ao concurso Aviso #3 – *Projetos para o fomento de modelos de desenvolvimento sustentável nas Reservas da Biosfera portuguesa*, no quadro do Programa “*Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono*”, promovido pela Secretaria

Geral do Ambiente ao abrigo do EEA Grants 2014-2021, justificaram também a introdução de alguns ajustamentos na equipa de consultores durante o ano de 2020.

As áreas do Desenvolvimento Económico e Social (DES) e das Competências e Sistemas de Educação e Formação (CEF) foram reforçadas com dois consultores, procurando robustecer as competências da equipa QP nos domínios da economia e da formação e qualificações. A área do Território (TER), especificamente para dar resposta ao projeto citado, foi reforçada com três consultores, a tempo parcial, que ficarão exclusivamente afetos ao projeto durante o período da sua vigência, que corresponde a 30 meses. (ver Gráfico 1)



**Gráfico 1 - Evolução da Equipa Quatenaire Portugal**

A empresa mantém na modalidade de consultores fidelizados um grupo estabilizado de consultores que reforçam a sua capacidade de resposta ao mercado.

### 3. Instalações

Conforme referido o ano foi marcado também pela mudança de instalações do escritório de Lisboa, no decurso de uma decisão do proprietário das anteriores instalações na Avenida 5 de Outubro, de não renovar o contrato de arrendamento. Apanhados num período complicado devido à crise pandémica, a empresa conseguiu encontrar umas novas instalações adequadas e com condições razoáveis numa outra zona de Lisboa, também bastante central e com boa acessibilidade, na rua Duque de Palmela.

As operações de mudança foram relativamente mais prolongadas, uma vez que toda a equipa se encontra em teletrabalho, mas neste momento o novo espaço está totalmente organizado e apetrechado para ser utilizado, permitindo uma capacidade de 14 postos de trabalho.

## 4. Desempenho económico e financeiro

### 4.1. Comportamento Geral do Mercado

Apesar das condições e dos impactos que a crise pandémica manifestou em diversos setores da economia, o mercado nacional de consultoria em que a QP intervém não sofreu grandes consequências ao nível da atividade, uma vez que se verificou uma boa capacidade de adaptação quer por parte das entidades que procuram os serviços, principalmente dentro da administração pública, quer das empresas que os prestam.

Dentro das tendências de evolução e comportamento do mercado público ao longo de 2020 sublinham-se de seguida as que mais significado representaram para a atividade da QP. De forma bastante evidente, o mercado público em 2020 é impactado pela preparação e negociação do Governo Português com a Comissão Europeia dos programas e instrumentos de financiamento para o próximo período de Programação dos Fundos Estruturais, 2021-2027, no quadro dos objetivos da Política de Coesão até 2030, a que se associou a necessidade de lançamento de novas respostas à crise económica que decorre da pandemia COVID-19. Este processo de preparação do próximo período 2021-2027 implica um grande investimento das entidades públicas em termos da elaboração, discussão e divulgação de estratégias e programas políticos, em diversos domínios, que se enquadram nas respetivas agendas europeias e que, em conjunto, se tornam um incentivo claro para a execução de exercícios de planeamento estratégico mobilizando para o efeito consultorias externas. Destacam-se, neste âmbito, as oportunidades junto das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, das Comunidades Intermunicipais e, embora mais raramente, dos Municípios, mas também de algumas entidades setoriais, como por exemplo a Agência Nacional de Inovação, na preparação da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente. A experiência e as competências que a QP dispõe permitiram-lhe obter uma presença significativa neste mercado.

O processo de preparação pelo Governo Português do Plano de Recuperação e Resiliência, e respetivas negociações com a Comissão Europeia, teve igualmente algum impacto neste mercado de consultoria ao setor público.

Paralelamente, 2020 é marcado também por um significativo dinamismo por parte da Agência de Desenvolvimento e Coesão I. P., em matéria de aquisições de serviços de avaliação no âmbito do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020. Dada a posição que a QP mantém neste mercado, tal dinamismo resultou sem dúvida num benefício significativo para a produção interna nesta área de competências.

Dentro das políticas públicas para a educação e formação, os processos de planeamento e de concertação para a programação das redes de cursos profissionais, promovidos a nível territorial e centrados nas Comunidades Intermunicipais, e o processo de atualização do Catálogo Nacional de Qualificações, incluindo diversos trabalhos tendo em vista a conceção de referenciais de competências e de formação, que fazem parte das prioridades da política neste setor, constituíram e continuarão a ser um segmento bastante importante e estratégico para a QP. Acresce ainda dentro deste setor da política pública, as oportunidades geradas pelos instrumentos de intervenção com vista à promoção do sucesso escolar, que durante 2020 geraram também oportunidades interessantes de trabalho para a empresa.

No segmento das políticas urbanas, sublinha-se algum dinamismo a nível dos Municípios na promoção de trabalhos associados aos novos instrumentos da política da habitação, em especial, as Estratégias Locais de Habitação e a continuidade de intervenções em matéria de reabilitação urbana.

Ainda a nível dos Municípios, mas também das Regiões Autónomas, o segmento de mercado associado à preparação e elaboração dos Instrumentos de Gestão do Território manteve em 2020 uma dinâmica de continuidade, com novas oportunidades para os diversos tipos de

instrumentos, seja em matéria de revisão de PDM, seja em instrumentos de carácter mais restrito, como é o caso das Cartas Educativas.

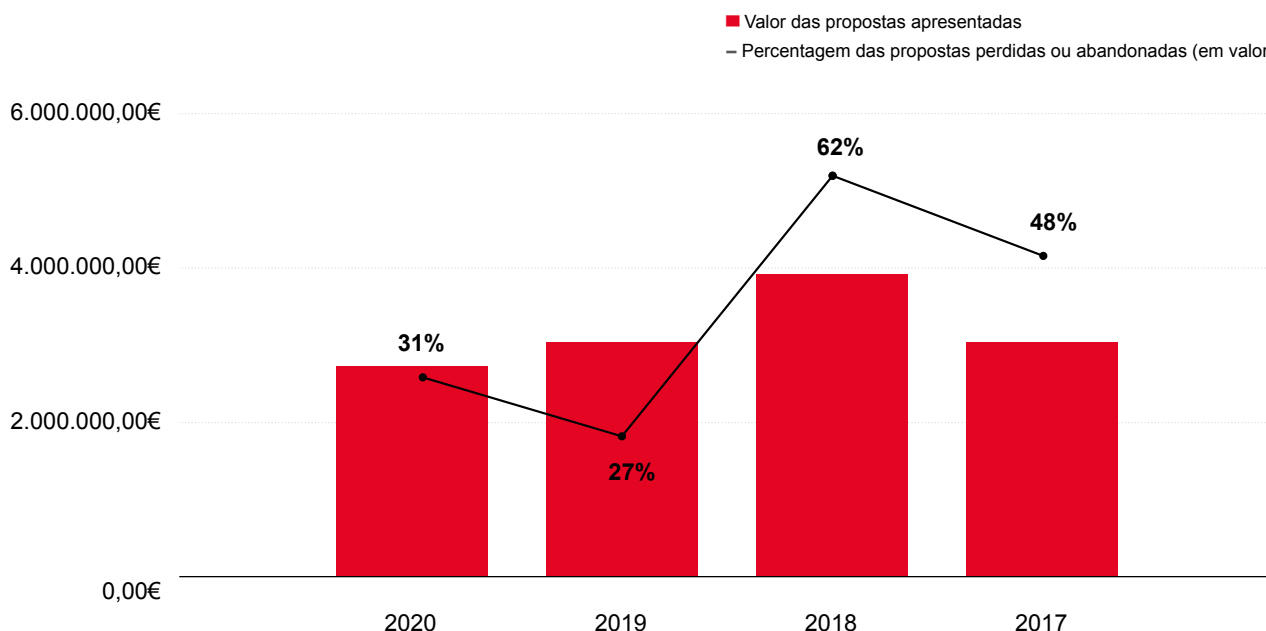
Destaca-se ainda em 2020, as oportunidades geradas pelos concursos EEA Grants, em especial dentro do programa Ambiente e dentro do programa Cultura. A empresa adquiriu uma posição de maior relevância nesta matéria, quer com a coordenação e liderança de uma candidatura vencedora no âmbito da Programa "Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono", quer com parcerias diversas em candidaturas orientadas para os concursos "Connecting Dots – Mobilidade Artística e Desenvolvimento de Públicos" e "Salvaguarda e Revitalização de Património Cultural Costeiro".

Em termos de mercado externo, o ano de 2020 não apresentou grandes mudanças relativamente ao ano de 2019. No mercado angolano, mantiveram-se os constrangimentos relacionados com a situação de crise que continua a persistir, e que se reflete na ausência de condições para a contratualização de novos projetos com a administração pública. Relativamente a mercado mo-

çambicano, a situação também não sofreu alterações significativas, embora se tenham proporcionado algumas oportunidades para a empresa, que mantém a sua estratégia de parceria com outras empresas locais.

## 4.2. Desempenho e Volume Global de Negócios

Em matéria de angariação e propostas, a empresa manteve a tendência de melhoria na eficiência de realização de propostas. Com um número global de 46 propostas, ainda mais reduzido face aos anos anteriores, o valor global das propostas apresentadas no mercado ascendeu a níveis muito próximos de 2019, traduzindo um acréscimo também significativo no valor médio das propostas apresentadas no mercado, superior a qualquer um dos últimos 4 anos. Apesar do ligeiro aumento da percentagem de propostas perdidas, que representou em valor, cerca de 31% das propostas apresentadas, a empresa mantém uma boa performance nesta matéria.



**Gráfico 2 - Evolução do esforço de angariação:** Valor total das propostas apresentadas e percentagem de propostas perdidas ou abandonadas (em valor)

Em 2020 a empresa mantém um nível de volume de produção muito semelhante aos anos anteriores (Quadro 2). Apesar de uma perspetiva mais ambiciosa prevista para o ano de 2020, esta relativa estabilização deve-se, em particular, às alterações que foram sofridas ao longo do ano em matéria de equipa de consultores, com a saída no final do primeiro trimestre de um consultor coordenador, que só posteriormente foi substituído, já durante o segundo semestre, mas também a um certo impacto do contexto da pandemia no ritmo de execução dos trabalhos em curso. Os projetos que implicavam metodologias mais participativas ou com grande peso em termos de trabalhos de levantamento e recolha de informação no terreno foram mais condicionados pelos efeitos provoca-

dos pelos períodos de estado de emergência em que o país esteve submetido devido à pandemia do COVID-19. Sublinha-se, por outro lado, que a capacidade de geração de trabalho a partir do trabalho interno, associando outros consultores externos e empresas parceiras, continua a ser um fator positivo na sustentação de um volume de negócios da empresa e que é refletido na produtividade monetária aparente do trabalho.

As situações de algum prolongamento dos trabalhos e, para além disso, a dilatação dos prazos de validação de produtos entregues a clientes, eles próprios submetidos a condicionantes devido à situação da pandemia, justificam por sua vez a redução verificada no volume de faturação.

	2020 (€)	2019 (€)	2018 (€)	2017 (€)
Produção	1.217.628	1.279.009	1.171.694	1.116.595
Faturação	1.197.565	1.361.549	1.322.928	1.081.199
Trabalho interno (reportado à produção)	895.583	1.042.674	915.884	903.498
Taxa de Crescimento				
da Produção	-4,8%	9,2%	4,9%	-3,1%
da Faturação	-12,0%	2,9%	22,4%	-6,0%
do Trabalho interno	-14,1%	13,8%	1,4%	10,8%
Pessoal de quadro e avençados (n.º médio)	21	20	17	20
Produtividade monetária aparente do trabalho (produção/trabalho interno)	1,36	1,23	1,28	1,24
Produtividade monetária física aparente do trabalho (produção/pessoal do quadro e avençados)	59.156,03	64.759,97	67.597,75	57.017,61

**Quadro 1 – Nível de Atividade e produtividade do trabalho**

Apesar de uma ligeira melhoria da produtividade monetária aparente do trabalho, que significa em geral uma maior capacidade de produção gerada pela equipa interna, a produtividade monetária física aparente do trabalho sofre uma redução. Os principais fatores explicativos desta redução estão associados às exigências com que foi confrontada a equipa em matéria de adaptação ao

modelo de teletrabalho, exigindo nomeadamente novas formas de relação e articulação de pessoas tendo em vista não perder a coesão interna e o trabalho em equipa. Conforme é ilustrado no gráfico 3, apresentado de seguida, de 2019 para 2020 verificou-se um acréscimo, quer do número total de consultores, quer do valor dos dias totais de consultores afetos diretamente a projetos.



**Gráfico 3 - Evolução da produção total e do trabalho interno (reportado à produção) e sua relação com número de consultores e com valor dos dias de consultores afetos diretamente a projeto**

A variação entre 2020 e 2019 no que se refere à repartição entre dias de trabalho aplicados diretamente a projetos e a outras atividades da empresa, incluindo gestão e serviços administrativos, formalização de conhecimento e angariação, não apresenta variações significativas.

De notar, contudo, que o ano de 2020 é marcado pela mudança de instalações no escritório de Lisboa e pela adaptação da totalidade da equipa da empresa ao modelo de teletrabalho, situações que tiveram reflexos neste rácio de distribuição dos dias de trabalho.

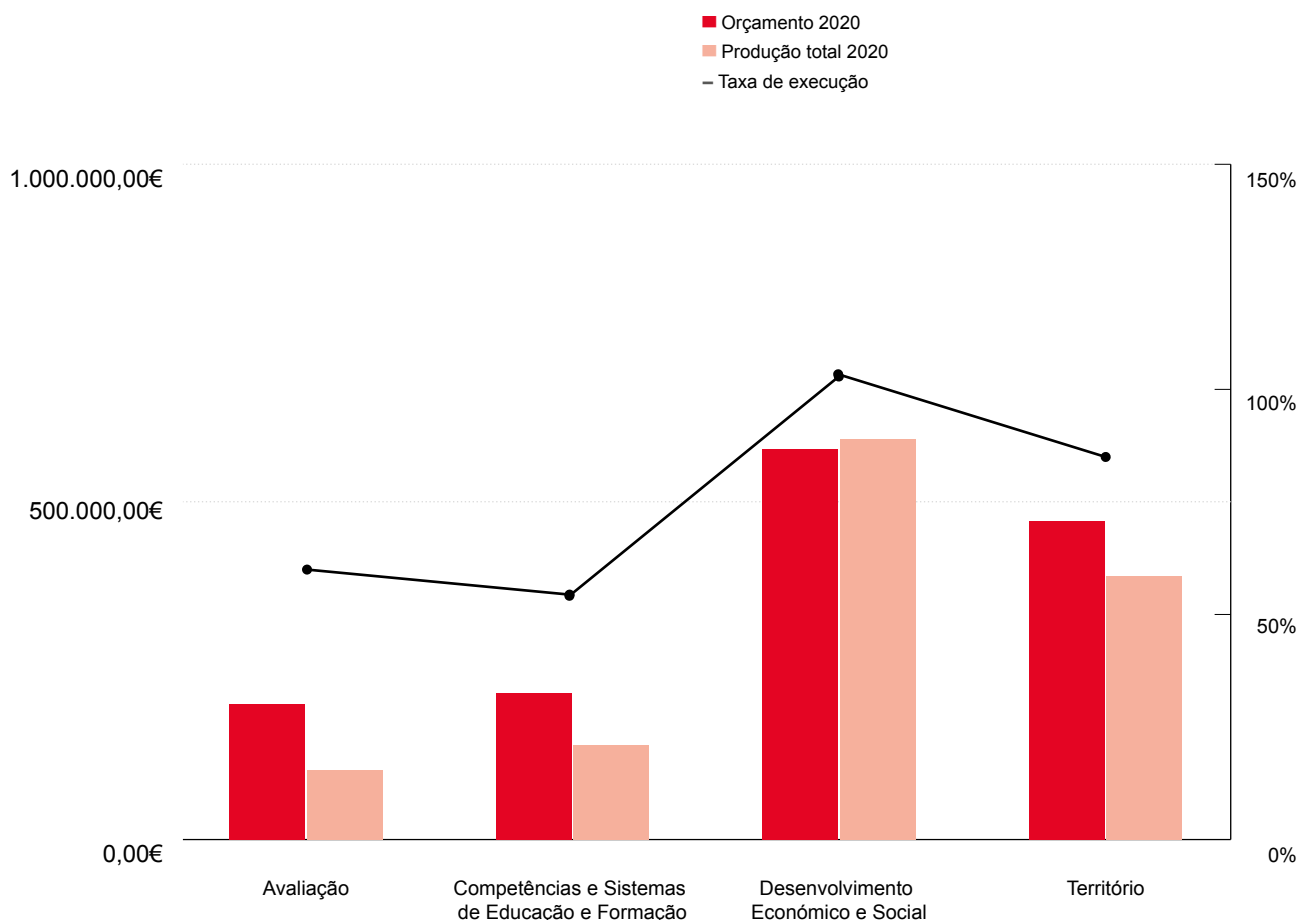
	2020	2019	2018	2017
<b>Totais</b>				
N.º de dias	4.695	4.598	4.107	4.550
Valor (€)	765.165	697.788	648.577	688.241
<b>Diretos</b>				
N.º de dias	2.699	2.669	2.050	2.146
Valor (€)	491.602	439.015	369.019	364.165
N.º de dias (% do total)	57,5%	58,0%	49,9%	47,2%
Valor (% do total)	64,2%	62,9%	56,9%	52,9%
<b>Indiretos</b>				
N.º de dias	1.996	1.930	2.058	2.403
Valor (€)	273.563	258.773	279.558	324.076
N.º de dias (% do total)	42,5%	42,0%	50,1%	52,8%
Valor (% do total)	35,8%	37,1%	43,1%	47,1%

#### Quadro 2 – Dias de trabalho aplicados (pessoal do quadro e avençados)

### 4.3. Volume de Negócios por Área

A análise do volume de negócios por área de trabalho demonstra, em geral, a estabilidade da empresa nos vários segmentos de mercado. De acordo com as perspetivas formuladas para o ano de 2020, as áreas de Desenvolvimento Económico e Social (DES) e de Território (TER) apresentaram um volume de produção bastante alinhado com os últimos anos e com as projeções estimadas pela empresa. No caso da Avaliação (AVA), conforme foi referido na análise do mercado, o acréscimo de dinâmica de execução do Programa Global de Avaliações promovido pela ADC, I.P. permitiu manter um nível de produção

idêntico a 2019, embora a empresa tivesse expectativa de um acréscimo mais significativo. A situação da área de Competências e Sistemas de Educação Formação (CEF), que sofre um relativo decréscimo de produção face a 2019 e mesmo a anos anteriores, assenta particularmente nas alterações e reorganização a equipa interna de consultores, perspetivando-se no futuro próximo uma recuperação evidente de capacidade de produção e de angariação no mercado.



**Gráfico 4 - Execução das metas de produção para 2020 por áreas**

O gráfico 4 confirma as referências descritas, ilustrando os principais desvios verificados entre as metas de produção estabelecidas para o ano, em sede de orçamento 2020, para cada uma das áreas e o volume de produção total, assim como as respetivas taxas de execução.



	2020 (€)	2019 (€)	2018 (€)	2017 (€)
<b>Produção</b>				
Avaliação	115.278	109.769	54.567	77.034
Competências e Sistemas de Educação e Formação	134.246	209.351	171.535	147.681
Desenvolvimento Económico e Social	595.206	610.681	500.219	462.418
Território	372.899	349.209	445.373	429.461
<b>Total</b>	<b>1.217.628</b>	<b>1.279.009</b>	<b>1.171.694</b>	<b>1.116.595</b>
<b>Trabalho Interno</b>				
(produção deduzida dos encargos com Consultores Externos)				
Avaliação	89.887	95.584	40.210	74.691
Competências e Sistemas de Educação e Formação	104.975	170.631	134.155	109.328
Desenvolvimento Económico e Social	437.161	452.011	389.225	367.060
Território	263.560	324.447	352.293	352.418
<b>Total</b>	<b>895.583</b>	<b>1.042.674</b>	<b>915.884</b>	<b>903.498</b>
<b>Trabalho Interno/Produção</b>				
Avaliação	78,0%	87,1%	73,7%	97,0%
Competências e Sistemas de Educação e Formação	78,2%	81,5%	78,2%	74,0%
Desenvolvimento Económico e Social	73,4%	74,0%	77,8%	79,4%
Território	70,7%	92,9%	79,1%	82,1%
<b>Total</b>	<b>73,6%</b>	<b>81,5%</b>	<b>78,2%</b>	<b>80,9%</b>

### Quadro 3 – Produção e trabalho interno QP por grandes áreas de atividade

Analisando a relação entre o volume de trabalho interno e o volume global de produção, no ano de 2020 existe uma aproximação relativa entre as diversas áreas, representando uma tendência em geral da empresa para sustentar uma capacidade de produção global em geral superior à capacidade interna. A área do TER foi aquela que mais contribui para a capacidade de gerar valor de produção a partir do valor de trabalho interno, mobilizando para o efeito consultores externos e parceiros, mas em geral todas as áreas melhoraram a sua posição nesta matéria relativamente a 2019. De salientar o desem-

penho da área DES que desde 2017 tem vindo a manter uma progressão positiva nesta matéria.

Salienta-se de seguida alguns dos projetos e tipologias de projetos que foram mais representativos na produção do ano de 2020, mesmo que em certos casos se trate de projetos que arrancaram em 2019 e noutros casos de projetos que tem uma continuidade em 2021:

### a) Área da Avaliação

Dentro do mercado da avaliação de programas financiados ao abrigo do Portugal 2020, destacam-se os trabalhos de *Avaliação intercalar do PO Açores 2014-2020*, com a Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais do Governo Regional dos Açores, de *Avaliação do Plano de Comunicação do PO Capital Humano*, com a Secretaria Geral de Educação e Ciência, e da *Avaliação das medidas de promoção da Inovação Social*, promovido pela Secretaria Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Para além de outros pequenos trabalhos de avaliação de projetos prestados a entidades associativas ou do terceiro setor social, a equipa de avaliação da QP mantém uma presença destacada neste segmento de mercado público.

### b) Área das Competências e Sistemas de Educação e Formação

Dentro das tipologias de produtos que o mercado público tem promovido no domínio da educação e formação, o ano de 2020 foi marcado pela continuação de estudos associados à valorização do ensino profissional e do sucesso educativo, em colaboração com as CIM do Médio Tejo e das Beiras e da Serra da Estrela e com a Área Metropolitana do Porto. Iniciou-se, entretanto, um trabalho para a CIM da Região de Aveiro, do *Observatório PIICIE da CIM da Região de Aveiro*, que permite dar continuidade à experiência e ao *know-how* adquirido pela equipa da empresa na promoção de Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, uma vez que trabalhou e trabalha também com outras regiões. Sublinha-se ainda o arranque dos trabalhos de realização do Estudo prospetivo de *Qualificações na Região da Madeira*, cuja promoção é da responsabilidade do Instituto para a Qualificação, IP-RAM.

Ainda no campo da educação, a empresa realizou trabalhos mobilizando competências diversas, incluindo da área do Território, como sejam a *Carta Educativa de Mafra* e o *Plano Estratégico Educativo Municipal de Olhão*, respetivamente para o Município de Mafra e o Município de Olhão.

### c) Área do Desenvolvimento Económico e Social

O ano de 2020 foi marcado por uma crescente presença da equipa da QP em trabalhos associados às estratégias de especialização inteligente, com as assistências técnicas à Agência Nacional de Inovação referentes aos estudos de *Análise Comparativa e Estratégica para a Transferência de Tecnologia* e de *Consultoria para a Análise das Políticas de Transferência de Tecnologia nas Regiões de Convergência*. Sublinha-se a relevância que neste domínio tem assumido a parceria regular que a empresa mantém com a Sigma Team Consulting Lda.

Conforme referências na análise anteriormente feita às tendências do mercado público, o ano de 2020 foi igualmente marcado por um conjunto de trabalhos que se inscrevem nos processos de preparação das estratégias territoriais no quadro da Política de Coesão no horizonte 2030 e da consequente preparação do Portugal 2030. Dentro desse âmbito, a empresa desenvolveu trabalhos de assistência técnica às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e do Norte, e realizou e tem em curso trabalhos igualmente de assistência técnica às CIM do Alentejo Central, do Ave, do Cávado, do Tâmega e Sousa e das Terras de Trás-os-Montes no âmbito da atualização das respetivas Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial 2021-2027.

Do ponto de vista setorial, o ano de 2020 foi marcado pelo desenvolvimento de trabalhos do *Plano Estratégico Municipal da Cultura para o Concelho de Leiria*, promovido pelo Município de Leiria, de *Assessoria à Estratégia da Política Cultural da Câmara Municipal de Penafiel*, com vista à preparação da candidatura à Rede de Cidades Criativas da UNESCO, com o Município de Penafiel e do Estudo de Diagnóstico para a proteção e Dinamização das *Artes e ofícios Tradicionais*, promovido pela *Direção Geral das Atividades Económicas*.

Dentro da esfera da política de habitação, em 2020 a empresa trabalhou com os Municípios de Santo Tirso, de Viana do Castelo, de Torres Vedras, de Valongo e da Póvoa de Lanhoso no quadro da elaboração das respetivas *Estratégias Locais de Habitação*.

Uma última referência ao trabalho que se iniciou em 2020 de elaboração do *Plano Estratégico da Universidade do Porto 2021-2025*, promovido pela Reitoria da Universidade do Porto e que veio retomar um domínio de prestação de serviços que a empresa tem mantido no desenho de estratégias e de programas de ação para as instituições do ensino superior.

#### d) Área do Território

A diversidade de produtos continua a marcar a atividade da área do Território, que mantém para além de uma forte posição no mercado público, incluindo das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, presença no mercado privado, quer através da elaboração de Planos de Intervenção em Espaço Rústico (PIER) ou da continuação da execução de dois trabalhos com a empresa EDP Produção, o Programa de Ordenamento da *Albufeira do Baixo Sabor* e o *Programa Especial da Albufeira de Águas Públicas de Crestuma-Lever*.

No domínio dos programas especiais, destacam-se os trabalhos com a Direção Regional do Ambiente da Região Autónoma dos Açores, de *Avaliação e alteração do POOC de S. Miguel* e com a Secretaria Regional do Ambiente da Região Autónoma da Madeira, referente ao *Programa da Orla Costeira da Ilha da Madeira*. A par disso a equipa desenvolveu em 2020 trabalhos no âmbito da Revisão de Planos Diretores Municipais, para os Municípios de Ponta Delgada, de Vila Franca do Campo, Santa Cruz e Serpa, das Revisões dos Planos de Urbanização de Fátima e de Serpa, bem como trabalhos no quadro dos Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) de Vila do Porto e de Santa Cruz da Graciosa.

Sublinha-se por último o início da realização do projeto “*Reservas da Biosfera: territórios sustentáveis, comunidades resilientes*” – *Modelos de Desenvolvimento Sustentável das Reservas da Biosfera Portuguesa*, financiado no quadro do Programa do Ambiente ao abrigo do instrumento de financiamento EEA Grants. Trata-se de um projeto com a duração total de 30 meses, com fim previsto para maio de 2023, liderado e coordenado pela QP que conta com os seguintes parceiros nacionais e estrangeiros – Universidade de Coimbra, Universidade Nova de Lisboa, empresa PC&A – Consultores de Marketing Estratégico, Instituto Pedro Nunes, Ordem dos Biólogos, Keep - Associação para a Paz, as Pessoas e o Planeta, University of Bergen, Nordhordland Biosphere Reserve e Comissão Nacional da UNESCO da Islândia. O projeto tem um orçamento total para o período global (2020-2023) de cerca de 2,2 milhões de euros.

## 4.4. Resultados e Rendibilidade

Apesar de os resultados no exercício de 2020 ficarem abaixo dos valores dos dois anos anteriores, a empresa mantém um comportamento sustentado desde 2017 em termos da sua atividade económica, com condições para estabilizar alguns processos de ajustamento na produção, que decorrem dos impactos da situação de alguns projetos no mercado externo (particularmente em Timor e em Angola). O resultado líquido obtido em 2020 representa, por outro lado, o impacto de uma tendência, que se tem mantido no mercado interno, de redução e baixo nível dos preços, face às exigências de alguns trabalhos e dos seus promotores, nomeadamente, no segmento das avaliações e da assistência técnica à preparação dos programas no âmbito do Portugal 2030. Acrescem ainda, na explicação desta redução dos resultados da empresa, o efeito dos custos de adaptação da equipa ao modelo de teletrabalho com redução de horário temporário de alguns consultores e dos impactos no ritmo de produção que se vieram a fazer sentir por adiamentos de trabalhos da parte dos clientes.

	2020 (€)	2019 (€)	2018 (€)	2017 (€)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	30.795	42.025	68.585	15.000
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	15.188	33.506	62.160	8.339
Resultados antes de Impostos	15.188	33.174	59.107	4.382
Resultados Líquidos	11.905	29.076	52.159	2.693

#### Quadro 4 – Evolução dos Resultados

Em matéria de EBITDA (Quadro 5), embora se verifique em 2020 uma redução das margens de EBITDA, a situação da empresa mantém-se ainda confortável na ótica da participação da empresa em determinados concur-

sos públicos no mercado, os quais exigem às empresas concorrentes condições económico-financeiras dentro de determinados limites, não sendo desejável que estes valores venham a reduzir-se ainda mais.

	2020 (€)	2019 (€)	2018 (€)	2017 (€)
<b>Proveitos Operacionais</b> (excluindo reversões ajustamentos)	1.279.579	1.287.490	1.187.705	1.131.938
<b>Custos Operacionais</b> (excluindo depreciações e gastos de financiamento)	1.248.783	1.245.465	1.119.120	1.116.937
<b>EBITDA</b>	<b>30.795</b>	<b>42.025</b>	<b>68.585</b>	<b>15.000</b>
<b>Margem de EBITDA (1)</b>	<b>2,4%</b>	<b>3,3%</b>	<b>5,8%</b>	<b>1,3%</b>
Proveitos Operacionais deduzidos de custos com Consultoria Externa e Subcontratação	940.346	1.064.117	911.762	931.749
<b>Margem de EBITDA (2)</b>	<b>3,3%</b>	<b>3,90%</b>	<b>7,5%</b>	<b>1,6%</b>

#### Quadro 5 – Evolução da EBITDA

O efeito da redução do valor do resultado líquido nos indicadores de rentabilidade, operacional e de capitais próprios, é evidente. É desejável que a empresa venha a ultrapassar os ajustamentos que os problemas de projetos no mercado externo vieram exigir e que a situação

de contexto da pandemia não agrave as condições de produção e de produtividade, procurando inverter novamente esta tendência.

	2020	2019	2018	2017
Resultado Operacional / Volume de negócios	1,2%	2,6%	5,3%	0,7%
x Volume de negócios / Ativo técnico	87,2%	98,7%	87,5%	98,2%
<b>= Rendibilidade operacional do ativo</b>	<b>1,1%</b>	<b>2,5%</b>	<b>4,6%</b>	<b>0,7%</b>
Efeitos encargos financeiros	100,0%	100,5%	95,1%	52,6%
x Efeito endividamento	161,6%	149,8%	156,6%	141,5%
<b>= Efeito de alavanca financeira</b>	<b>161,6%</b>	<b>150,6%</b>	<b>149,0%</b>	<b>74,4%</b>
<b>Rendibilidade Corrente dos capitais próprios</b>	<b>1,8%</b>	<b>3,8%</b>	<b>6,9%</b>	<b>0,5%</b>
x Efeito fiscal	78,4%	87,6%	88,2%	61,5%
<b>Rendibilidade dos capitais próprios</b>	<b>1,4%</b>	<b>3,4%</b>	<b>6,1%</b>	<b>0,3%</b>

#### Quadro 6 – Análise de rendibilidade

Salienta-se, por outro lado, a estabilidade da empresa em matéria financeira, com uma ligeira melhoria do indicador efeito de alavanca financeira face a 2019. A estabilidade da empresa em matéria de tesouraria, que se manteve

em todo o ano de 2020, evitou o recurso durante o ano a qualquer uma das contas correntes caucionadas que a empresa dispõe em diversas instituições financeiras.

## 4.5. Indicadores Económicos e Financeiros

Os indicadores económicos e financeiros que o Quadro 7 apresenta confirmam as anteriores referências de que a atividade da empresa não reflete grandes variações que decorram dos impactos gerados pela crise pandémica.

	2020	2019	2018	2017
<b>Indicadores de Liquidez</b>				
<b>Liquidez Geral</b>				
Ativo corrente / Passivo corrente	201%	229%	217%	287%
<b>Liquidez Imediata</b>				
Disponibilidades / Passivo corrente	62%	64%	25%	10%
<b>Fundo de Maneio</b>				
Ativo corrente - Passivo corrente	538.391	554.984	564.500	540.751
<b>Cash Flows Gerados pelo Negócio</b>				
RLE + Gastos de depreciação e amortização + Provisões	27.513	37.595	75.745	9.354
<b>Indicadores de Estrutura de Capital</b>				
<b>Autonomia Financeira</b>				
Capitais Próprios / Ativo Total	62%	67%	64%	71%
<b>Grau de Solvabilidade</b>				
Capitais Próprios / Passivo Total (=capitais alheios)	162%	201%	177%	241%
<b>Indicadores de Alavancagem Financeira</b>				
<b>Taxa de Endividamento (Debt Equity Ratio)</b>				
Passivo / Capitais Próprios	62%	50%	57%	41%
<b>Indicadores de Rentabilidade</b>				
<b>Rentabilidade das Vendas</b>				
Resultados Líquidos / (Vendas + Prestações de Serviços)	1,0%	2,3%	4,5%	0,2%
<b>Rentabilidade dos Capitais Próprios</b>				
Resultados Líquidos / Capitais Próprios(=não inclui RLE)	1,4%	3,5%	6,5%	0,3%
<b>Rentabilidade do Ativo</b>				
Resultados Operacionais / Ativo	1,1%	2,5%	4,6%	0,7%

**Quadro 7 – Indicadores económicos e financeiros**

As condições de liquidez da empresa não sofreram alterações relevantes, mantendo-se a estabilidade de anos anteriores do valor de fundo de maneoio.

As variações nos indicadores de Grau de solvabilidade e de Taxa de endividamento refletem particularmente duas situações que têm implicações diretas nas rubricas do passivo corrente, “Estado e outros entes públicos” e “outros passivos correntes”. Por um lado, a empresa durante o exercício de 2020 mobilizou as oportunidades criadas pelo Governo, no contexto da crise pandémica, de diferimento dos pagamentos de encargos sociais e de IVA. Por outro lado, no âmbito do contrato estabelecido com a Secretaria Geral do Ambiente e Transição Climá-

tica, referente ao projeto “*Reservas da Biosfera: territórios sustentáveis, comunidades resilientes*” – *Modelos de Desenvolvimento Sustentável das Reservas da Biosfera Portuguesa*, a empresa apresentou no final do ano um pedido de adiantamento que se destina à execução da primeira fase dos trabalhos que se prolongará pelo ano de 2021.

Uma nota final sobre os indicadores de rentabilidade, que retoma os aspetos anteriormente referidos em matéria dos impactos que a transição e adaptação da empresa à situação de teletrabalho e das tendências que se prolongam de redução dos preços no mercado publico em que se opera.

## III. Perspetivas de evolução da Sociedade

As perspetivas da empresa para os próximos anos e, em particular, no próximo exercício, estão alicerçadas principalmente em dois aspetos: os ajustamentos que a empresa realizou ao nível da sua equipa interna, reforçando competências adequadas ao perfil de evolução do mercado público; e a entrada da empresa num novo segmento de mercado, que corresponde à execução de projetos financiados diretamente no quadro de programas, como é o caso do EEA Grants. Neste aspeto em particular, a empresa visa reforçar a sua capacidade de gestão e coordenação de parcerias com outras entidades, do setor público e privado, tendo em vista a execução de projetos plurianuais, bem como da respetiva gestão dos processos administrativos e financeiros.

Os ajustamentos realizados em algumas áreas de trabalho, ao nível da equipa de consultores e das competências específicas necessárias, permitem antever uma melhor resposta às tendências que o mercado público apresenta, nomeadamente, nas áreas das políticas de educação e formação e do planeamento e desenvolvimento socioeconómico. Contudo, a empresa continuará a apostar no reforço da integração das suas áreas de expertise, procurando tirar vantagens competitivas da multidisciplinariedade da sua equipa interna, alargada com o grupo de consultores fidelizados, e da diversidade das suas áreas de competência.

A presença no mercado externo tenderá a manter-se dentro de uma estratégia cautelosa, de riscos controlados. Nesse sentido, a empresa continuará a procurar oportunidades sobretudo em mercados de países africanos de língua oficial portuguesa, em que opera também a rede de parceiros.

O ano de 2021 apresenta hoje uma carteira de contratos que significa já uma quota-parte muito significativa do volume de negócios esperado em termos de vendas e serviços prestados. Considerando o valor dos trabalhos a executar no âmbito do projeto financiado ao abrigo do EEA Grants, a empresa estima para 2021 um acréscimo significativo do volume de negócios total (associando valores de vendas e serviços prestados com valores de subsídios à exploração).

Dentro do segmento do mercado público em que a empresa intervém, não são visíveis, para já alterações significativas em termos de condições e de prazos de pagamento. Entende-se que esta situação se tenderá a manter, tendo em consideração, designadamente, os aspetos relacionados com as necessidades de execução, no caso da administração pública, dos programas europeus de financiamento e de ajuda económica aos Estados-membros (Portugal 2020 e Programa de Recuperação e Resiliência), que assegurarão em princípio alguma liquidez. Admitindo-se estas condições, não se espera qualquer deterioração significativa das condições de tesouraria da empresa, a não ser no caso de algum impacto derivado de atrasos na execução dos trabalhos e, portanto, de volume de faturação.

O prolongamento do contexto de pandemia ao longo de 2021, com as implicações que acarreta, no quadro das sucessivas declarações de estados de emergência, em termos de obrigações para as empresas de adotarem o regime de teletrabalho, justifica uma atenção especial da empresa em matéria de recursos e soluções digitais. Nesse sentido, será prioridade para 2021 a realização de uma auditoria geral às condições gerais em que a empresa está a operar em matéria de recursos e de soluções informáticas, com estabelecimento de um plano de prioridades em termos de melhorias e de adaptações a um modelo mais colaborativo e mais seguro.



Admite-se, paralelamente, que a eventual recuperação de uma normalidade no que se refere ao contexto de pandemia, no caso do processo de vacinação se vir a realizar a um bom ritmo e no caso de não se verificarem consequências negativas acentuadas pelo aparecimento de novas estirpes do vírus COVID-19, permita à empresa, ainda em 2021, voltar ao regime de trabalho presencial. Contudo, a experiência de teletrabalho forçado que a equipa mantém e as alterações verificadas no mercado, quer ao nível das práticas de relacionamento com os clientes, quer dos métodos de relacionamento com interlocutores no âmbito dos projetos, vieram introduzir novas perceções e expetativas quanto ao modelo futuro

da organização do trabalho da empresa. Neste sentido, ao longo do ano de 2021, justificar-se-á promover a devida avaliação e uma reflexão participada sobre o modelo futuro de organização do trabalho da empresa em contexto de pós-pandemia.

A empresa pretende manter uma boa presença comunicacional, melhorando os seus meios de suporte nas redes sociais e apostando, sempre que possível na representação e divulgação de conhecimento e experiências em fóruns técnicos, técnico-científicos ou políticos.

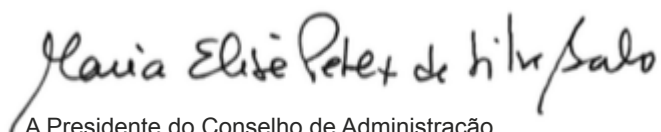
## IV. Proposta de aplicação de resultados

Tendo em conta o resultado líquido de impostos no valor de 11.905,20 € submete-se à apreciação da Assembleia-Geral a seguinte proposta de aplicação de resultados:

Para reforço da Reserva Legal	595,26 €
Para distribuição de Dividendos	6.500,00 €
Para reforço das Reservas Livres	4.809,94 €

Cumprimentando e saudando os senhores acionistas, a Administração da Quatenaire Portugal agradece ao Fiscal Único a atenção com que acompanhou a atividade da empresa e reafirma o seu empenho em recuperar níveis de mercado e de resultados compatíveis com a sua atual dimensão.

Matosinhos, 03 de março de 2021



A Presidente do Conselho de Administração

# Anexo ao Relatório de Gestão 2020

Nos termos e para os efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, face aos elementos fornecidos pelos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização, declara-se que:

<b>Administradores e cônjugues</b>	<b>Ações detidas a 31/12/2019</b>	<b>Ações adquiridas em 2020</b>	<b>Ações alienadas em 2020</b>	<b>Ações detidas a 31/12/2020</b>
Maria Elisa Pérez da Silva Babo	1 250	0	0	1 250
Ana Maria Moreira Freire de Morais Barroco Parreira do Amaral	500	0	0	500
Manuel Carlos de Carvalho Fernandes	5 398	2 500	0	7 898
Rui Manuel de Azevedo Pereira da Silva	1 250	0	0	1 250

<b>Fiscal Único</b>	<b>Ações detidas a 31/12/2019</b>	<b>Ações adquiridas em 2020</b>	<b>Ações alienadas em 2020</b>	<b>Ações detidas a 31/12/2020</b>
Leonardo Pires Cerejeira	0	0	0	0

Matosinhos, 03 de março de 2021



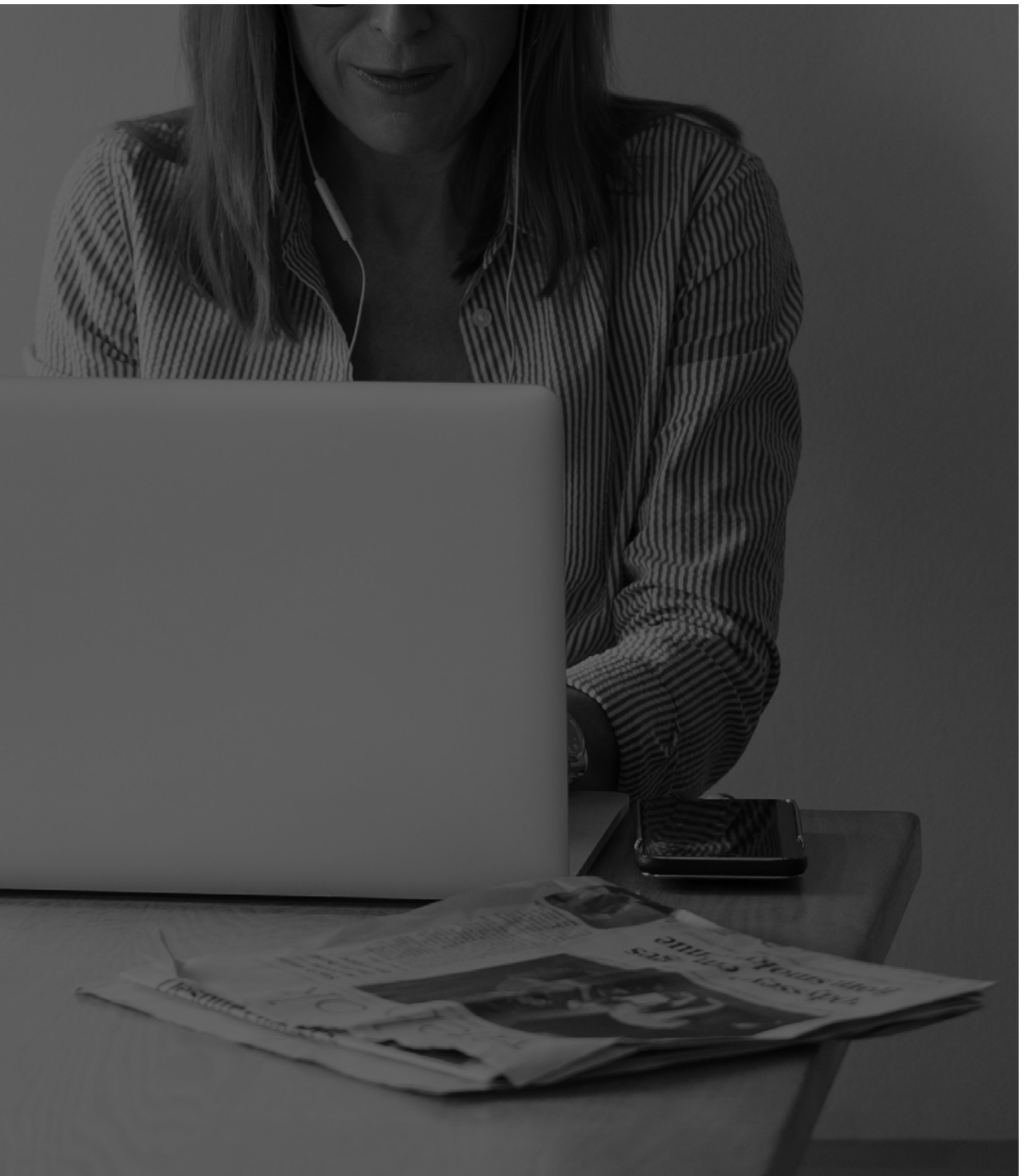
A Presidente do Conselho de Administração

# Balanço a 31 de dezembro de 2020

Rúbricas	Notas	Período	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	323 674,1	308 909,58
Investimentos financeiros		2 093,95	1 360,42
		325 768,05	310 270,00
Ativo corrente			
Clientes		290 895,55	255 651,94
Estado e outros entes públicos		9 920,44	11 681,28
Outros créditos a receber		428 398,78	435 830,69
Diferimentos		10 383,49	7 903,09
Caixa e depósitos bancários	9	330 863,38	275 145,62
		1 070 461,64	986 212,62
Total ativo		1,396.229,69	1 296 482,62
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		325 000,00	325 000,00
Prémios de emissão		75 000,00	75 000,00
Reservas legais		54 360,98	52 907,19
Outras reservas	10	397 893,02	383 271,02
Resultado líquido do período		11 905,20	29 075,79
Total do capital próprio		864 159,20	865 254,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		15 693,16	32 980,35
Estado e outros entes públicos	7	139 233,28	84 306,20
Diferimentos	8	147 825,54	175 264,75
Outros passivos correntes		229 318,51	138 677,32
		532 070,49	431 228,62
Total do passivo		532 070,49	431 228,62
Total do capital próprio e do passivo		1 396 229,69	1 296 482,62

# Demonstração dos Resultados por Naturezas a 31 de dezembro de 2020

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		31/12/2020	31/12/2019
Vendas e serviços prestados	12	1 217 628,19	1 279 009,32
Subsídios à exploração	13	44 762,9	6 890,82
Fornecimentos e serviços externos	14	-499 588,34	-546 062,48
Gastos com o pessoal	15	-744 052,1	-696 170,18
Outros rendimentos	16	17 187,77	1 589,55
Outros gastos	17; 18	-5 142,93	-3 232,13
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>30 795,49</b>	<b>42 024,90</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-15 607,69	-8 518,97
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>15 187,80</b>	<b>33 505,93</b>
Juros e gastos similares suportados			-332,1
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>15 187,80</b>	<b>33 173,83</b>
Imposto sobre o rendimento do período	19	-3 282,6	-4 098,04
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>11 905,20</b>	<b>29 075,79</b>



# Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

1. Identificação da entidade e período de relato	32
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	32
3. Políticas contabilísticas, alterações nas políticas contabilísticas e erros	34
4. Ativos fixos tangíveis	38
5. Investimentos financeiros	39
6. Instrumentos financeiros	39
7. Estado e outros entes públicos	41
8. Diferimentos	41
9. Caixa e depósitos bancários	42
10. Capital próprio	42
11. Financiamentos obtidos	43
12. Rédito	43
13. Subsídios e outros apoios das entidades públicas	43
14. Fornecimentos e serviços externos	44
15. Gastos com o pessoal	45
16. Outros rendimentos	45
17. Outros gastos	46
18. Juros e gastos similares suportados	46
19. Impostos sobre o rendimento	46
20. Custos de empréstimos obtidos	47
21. Benefícios dos empregados	48
22. Acontecimentos após a data do balanço	48
23. Divulgações exigidas por diplomas legais	49

# 1. Identificação da entidade e período de relato

A QUATENAIRE PORTUGAL- Consultoria para o Desenvolvimento ,SA é uma sociedade anónima com sede social na Rua Tomás Ribeiro, 412-2º, freguesia e concelho de Matosinhos, distrito do Porto, com o número único

de matrícula e de pessoa coletiva 502503661. Iniciou a sua actividade fiscal em 01/01/1991, e tem como actividade principal a consultoria para os negócios e a gestão.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2009, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas, em particular pelo decreto-lei 98/2015, de 2 de Junho, que o republica. Aplica-se o nível de normalização contabilística correspondente à norma contabilística e de relato financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), aprovada pelo Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da empresa.

Supletivamente, e tendo em vista a superação de lacunas, utilizam-se as NCRF e as Normas Interpretativas, as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir

dos registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com a NCRF-PE, em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

### 2.2 Adoção da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (“NCRF-PE”)

A preparação das rubricas do balanço e da demonstração dos resultados relativas ao período em avaliação foi efetuada de acordo com a “NCRF-PE”

### Derrogações

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC, tendo em vista a necessidade de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

### Comparabilidade

Todas as rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados têm conteúdos comparáveis com os do período anterior.



## Periodização económica

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio de periodização económica, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

## Juízos de valor e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Durante o período findo em 31 de Dezembro do exercício em análise, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes, relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício anterior, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

### (i) Vidas úteis dos ativos fixos intangíveis e tangíveis:

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização/depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do mesmo setor.

### (ii) Imparidade de ativos não correntes:

A identificação dos indicadores de imparidade e a determinação do valor recuperável dos ativos não correntes implicam um julgamento por parte do órgão de gestão no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores de transações.

### (iii) Registo de provisões:

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### (iv) Imparidade dos créditos a receber:

O risco de crédito é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. Os créditos a receber são ajustados pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

### 3. Políticas contabilísticas, alterações nas políticas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para uso pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O gasto (ou rendimento) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação ou abate.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As propriedades de investimento (terrenos e edifícios) são reconhecidas como ativos fixos tangíveis.

#### 3.2. Intangíveis

##### i) Intangíveis adquiridos

Os ativos intangíveis adquiridos, quando existentes, são registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados no prazo máximo de dez anos.

##### (ii) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não exis-

tem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.3. Locações

Os contratos de locação, caso existam, são classificados como locações financeiras se, através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

### 3.4. Custos dos empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis, quando existentes, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para uso ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

Os restantes custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto no período em que sejam incorridos.

### 3.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da empresa.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a empresa, e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### 3.6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta. As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado, e seja provável um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos para a liquidação da obrigação, e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

### 3.7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios e outros apoios das entidades públicas são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.8. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados do período.

### 3.9. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” é, salvo disposição específica, determinado pelo método do imposto a pagar.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que, apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros ou que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. O imposto a pagar inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis, bem como as tributações autónomas devidas em qualquer jurisdição.

## 3.10. Instrumentos financeiros

### Clientes e créditos a receber

As dívidas de “Clientes” e as de “Outros devedores” são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não serão recebidas. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

### Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

### Dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros credores são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### Financiamentos obtidos não correntes

Os empréstimos e as dívidas a pagar não correntes são registados no passivo pelo montante do capital em dívida. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a pagar de muito

curto prazo cujos valores a reconhecer sejam imateriais, e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

### Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação.

## 3.11. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem para além dos benefícios a curto prazo tais como, salários, ordenados e contribuições para a segurança social, e os benefícios de cessação de emprego um seguro de saúde que abrange todos os trabalhadores.

## 3.12. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, apenas se forem considerados materiais.

## 4. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro do ano em análise e 31 de Dezembro do ano anterior, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos

tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Valor bruto no início	367.472,99	81.427,18	11.061,20	46.863,11	11.163,45	517.987,93
Depreciações acumuladas	86.734,86	69.084,27	11.061,20	42.198,02		209.078,35
Imparidades acumuladas						
Saldo no início do período	280.738,13	12.342,91		4.665,09	11.163,45	308.909,58
Variações do período	29.176,59	-2.774,20		-474,42	-11.163,45	14.764,52
Total de aumentos	38.089,00	3.446,66				41.535,66
Aquisições em primeira mão		3.446,66				3.446,66
Concentrações						
Outras aquisições						
Estimat. custos de desmant. remoção						
Trabalhos para a própria entidade						
Revalorizações (+)						
Outros aumentos	38.089,00					38.089,00
Total diminuições	8.912,41	6.220,86		474,42		15.607,69
Depreciações do período	8.912,41	6.220,86		474,42		15.607,69
Perdas por imparidade						
Alienações						
Abates						
Outras diminuições					11.163,45	11.163,45
Reversões de perdas por imparidade						
Transferências de AFT						
Transferências de/para ANCDV						
Outras transferências						
Saldo no fim do período	309.914,72	9.568,71		4.190,67		323.674,10
Valor bruto no fim do período	405.561,99	84.873,84	11.061,20	46.863,11		548.360,14
Depreciações acumuladas no fim do período	95.647,27	75.305,13	11.061,20	42.672,44		224.686,04
Garantias de passivos/titularidade restringida						

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às taxas mínimas fiscalmente aceites sendo os períodos de vida útil estimada os seguintes:

Designação	anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento básico	3
Equipamento administrativo	4-8
Outros ativos fixos corpóreos	4-8

## Métodos de depreciação

As depreciações dos ativos fixos tangíveis foram efetuadas com base no método da linha reta.

## 5. Investimentos financeiros

Os valores registados na rubrica “investimentos financeiros”, quer no ano em análise quer no ano anterior, referem-se, exclusivamente, a ações detidas em sociedades de garantia mútua e aos pagamentos efetuados para o Fundo de Compensação do Trabalho.

## 6. Instrumentos financeiros

### Políticas contabilísticas

A empresa gere o seu capital para assegurar que prossegue as suas operações numa ótica de continuidade. Neste contexto, a empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio). Os ativos e os passivos financeiros foram valorizados ao custo ou ao custo amortizado, quando aplicável, menos as perdas por imparidade, não existindo ativos constituídos por instrumentos de capital próprio com cotações divulgadas publicamente.

### Elementos de rendimentos e gastos

#### Contabilidade da cobertura

A empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- Risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da empresa;

- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

Os serviços administrativos asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte da empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

## Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber dos clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afectem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios com o objectivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respectivo perfil e antiguidade da conta a receber, o acompanhamento da evolução do nível de crédito concedido e a análise da recuperabilidade dos valores a receber numa base regular. As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- As condições financeiras dos clientes.

## Risco de liquidez

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e o reembolso de dívida.

A gestão do risco de liquidez tem em vista manter um adequado nível do fundo de maneo da empresa, promovendo a aplicações de excedentes de tesouraria que daí resultem.

## Outros ativos financeiros

### Instrumentos de capital próprio

Em 31 de Dezembro do ano em análise o capital social nominal era de trezentos e vinte e cinco mil euros, dividido em sessenta e cinco mil ações de valor nominal de 5€, e encontrava-se totalmente realizado.



## 7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro do ano em análise e em 31 de Dezembro do ano anterior, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

Descrição	Valor Período	Valor Período anterior
Resultado antes de impostos do período	15.187,80	33.173,83
Imposto corrente	3.282,60	4.098,04
Imposto diferido	0	0
Imposto sobre o rendimento do período	3.282,60	4.098,04
Tributações autónomas	584,63	1.909,32
Taxa efetiva de imposto	21,61	12,35

## 8. Diferimentos

A rubrica do ativo corrente “Diferimentos” quer no exercício corrente quer no anterior diz respeito a gastos a reconhecer e rendimentos a reconhecer.

## 9. Caixa e depósitos bancários

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e detalha-se como segue:

	2020	2019
Numerário	618,09	215,78
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	330.245,29	274.929,84

Todas as quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso. Ressalva-se o valor de 146.624,69€ correspondente ao saldo do projecto das “Reservas da Biosfera: territórios sustentáveis, comunidades resilientes” que só pode ser mobilizado no âmbito deste projeto.

## 10. Capital próprio

Entre 31 de Dezembro do período em análise e 31 de Dezembro do ano anterior os movimentos ocorridos no capital próprio foram os seguintes:

	2020	Débito	Crédito	2019
Capital subscrito	325.000,00			325.000,00
Prémio de emissão	75.000,00			75.000,00
Reservas legais	54.360,98		1.453,79	52.907,19
Outras reservas	397.893,02		14.662,00	383.271,02
Resultados transitados	0,00			0,00
Resultados liquidados do exercício	11.905,20	29.075,79	11.905,20	29.075,79
<b>Total do capital próprio</b>	<b>864.159,20</b>			<b>865.254,00</b>

## 11. Financiamentos obtidos

Ao longo do exercício a empresa não teve necessidade de recorrer a financiamentos.

## 12. Rédito

Em 31 de Dezembro do ano em análise e em 31 de Dezembro do ano anterior as quantias dos réditos reconhecidas eram relativas a prestações de serviços, sendo 1 217 628,19€ e 1 279 009,32€ , respectivamente.

## 13. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Em 31 de Dezembro do ano em análise e 31 de Dezembro do ano anterior, os valores relativos a subsídios à exploração (atribuídos pelo IEFP e pela Secretaria Geral do Ambiente ) foram de 44.762,90€ e 6.890.82€, respectivamente.

## 14. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro do ano em análise e 31 de Dezembro do ano anterior é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
Trabalhos especializados	248.232,73	260.772,79
Publicidade e propaganda	373,00	0,00
Vigilância e segurança	74,50	68,50
Honorários	100.509,96	108.085,66
Conservação e reparação	13.722,59	7.083,26
Outros	5.054,53	6.695,56
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.793,52	4.382,80
Livros e documentação técnica	84,50	536,09
Material de escritório	8.447,46	6.049,26
Artigos para oferta	762,60	0,00
Eletricidade	7.096,42	7.734,66
Combustíveis	1.161,18	3.788,96
Água	763,16	1.031,40
Deslocações, estadas e transportes	63.304,82	89.041,45
Rendas e alugueres	26.636,37	27.505,71
Comunicação	7.111,43	6.885,35
Seguros	3.528,17	3.579,70
Contencioso e notariado	310,00	736,15
Despesas de representação	311,75	1.303,83
Limpeza, higiene e conforto	10.309,65	10.781,35
<b>Total</b>	<b>499.588,34</b>	<b>546.062,48</b>

## 15. Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos períodos findos em 31 de Dezembro do ano em análise e em 31 de Dezembro do ano anterior detalha-se da seguinte forma:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	100.920,00	95.740,00
Remunerações do pessoal	492.416,33	459.928,12
Indemnizações	1.200,00	0,00
Encargos sobre as remunerações	135.990,60	125.741,73
Seguros acidentes no trabalho e doenças profissionais	13.279,13	13.406,78
Outros gastos com o pessoal	246,04	1.353,55
<b>Total</b>	<b>744.052,10</b>	<b>696.170,18</b>

## 16. Outros rendimentos

A composição da rubrica de “Outros rendimento” nos períodos findos em 31 de Dezembro do ano em análise e 31 de Dezembro de ano anterior é conforme se segue:

	2020	2019
Outros rendimentos suplementares	15.400,00	0,00
Descontos pronto pagamento obtidos	0,25	278,41
Rendimentos e ganhos investimentos não financeiros	111,75	0,00
Outros rendimentos e ganhos	1.675,77	1.311,14
<b>Total</b>	<b>17.187,77</b>	<b>1.589,55</b>

## 17. Outros gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos períodos findos em 31 de Dezembro do ano em análise e em

31 de Dezembro do ano anterior é conforme se segue:

	2020	2019
Impostos	2.230,62	1.917,33
Descontos pronto pagamento concedidos	0,00	0,70
Outros gastos e perdas	2.912,31	1.314,10
<b>Total</b>	<b>5.142,93</b>	<b>3.232,13</b>

## 18. Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro do ano em análise e 31 de Dezembro do ano anterior foram 0,00€ e 332,10€, respectivamente.

## 19. Impostos sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa normal de 17% na parte da matéria colectável que não ultrapasse os 25.000 Euros e

21% na parte excedente, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

## Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2016 a 2020 podem ser sujeitas a revisão.

A Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro do ano em análise.

As garantias prestadas pela empresa associadas a alguns projectos é conforme se segue:

Banco	Beneficiário	Valor	Observações
BPI	Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais	3.600,00	Projeto 1755 - Programa da Orla Costeira do Porto Santo
BPI	EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	11.350,00	Projeto 1941 - Programa Especial das Albufeiras do Baixo Sabor
BPI	EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	13.980,00	Projeto 2007 - Programa Especial da Albufeira de Águas Públicas de Crestuma-Lever
BPI	Região Autónoma da Madeira - Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais	6.594,00	Projeto 2040 - Programa da Orla Costeira da Ilha da Madeira (POCMAD)
BPI	Universidade de Aveiro	3.480,00	Projeto 2033 - Estratégia para a eficiência energética nos diversos edifícios da Universidade de Aveiro
BPI	CIM da Região de Aveiro	9.717,50	Projeto 2123 - Observatório PIICIE da CIM Região de Aveiro

## 20. Custos de empréstimos obtidos

Não foram capitalizados quaisquer custos de empréstimos obtidos.

## 21. Benefícios dos empregados

Não existem quaisquer responsabilidades com benefícios a empregados relativas a

- (i) benefícios pós-emprego e
- (ii) outros benefícios a longo prazo.

Os benefícios por cessação de emprego adoptados pela Empresa, são exclusivamente os definidos na legislação do trabalho em vigor.

O número médio de empregados durante o período foi de 21.

A empresa adopta as disposições constantes da NCRF 28, relativamente ao registo das suas responsabilidades pelo pagamento de cuidados de saúde. Para o efeito, regista como gastos do período o montante dos prémios de seguro de saúde atribuídos à generalidade dos trabalhadores.

## 22. Acontecimentos após a data do balanço

### Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração e autorizadas para emissão.

Os acionistas, de acordo com a legislação comercial em vigor, têm o poder de exigir a alteração das demonstrações financeiras caso estas não sejam aprovadas em Assembleia Geral.

**Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço e Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.**

Até à data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram factos significativos que não se encontrem refletidos nas Demonstrações Financeiras.



## 23. Divulgações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, informa-se que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados. Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Cód-

go das Sociedades Comerciais, durante o exercício em análise, a Empresa não efectuou transações com ações. Para efeitos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, os honorários totais contratados durante o exercício em análise com o revisor oficial de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, ascenderam a 5 040€. Os honorários do revisor oficial de contas cingem-se exclusivamente a trabalhos de revisão legal das contas.

# Relatório e Parecer do Fiscal Único

Leonardo Cerejeira

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais aplicáveis, apresentamos o presente relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas da Sociedade "QUATERNARE PORTUGAL – Consultoria para o Desenvolvimento, SA.", referentes ao exercício de 2020.

Ao longo do ano, procedemos ao acompanhamento da evolução dos negócios da empresa, mediante a recolha de informações consideradas indispensáveis e pela verificação da informação financeira regularmente produzida.

Assim, procedemos:

- à fiscalização dos atos da administração da sociedade e à verificação da observância da lei e do contrato de sociedade;
- à verificação, com a profundidade e extensão que considerámos adequadas, dos documentos e registos contabilísticos;
- ao exame, no final do ano, da informação financeira traduzida nos documentos de prestação de contas, sobre o qual realizámos os testes que julgámos necessários, expressando, de acordo com a Certificação Legal das Contas que subscrevemos, a nossa opinião de que os mesmos traduzem de forma satisfatória a situação financeira da Empresa e os resultados do exercício;
- à verificação das demonstrações financeiras do exercício;
- à verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

A acção de fiscalização permitiu-nos concluir que:

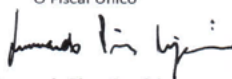
- a) a contabilidade, as contas e o Relatório de Gestão observam as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade desenvolvida, bem como a situação da sociedade;
- b) os atos praticados pela Administração, do nosso conhecimento, observam a lei e os estatutos.

Em face do exposto, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) delibere e aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2020;
- b) delibere e aprove a proposta de afetação dos resultados contida no Relatório de Gestão apresentado pela Administração;
- c) proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Porto, 5 de março de 2021

O Fiscal Único

  
Leonardo Pires Cerejeira  
(ROC nº 747)

Leonardo Cerejeira - Inscrição na OROC sob o nº 747 - Rua Marta M. Câmara, 110, A3, 4º Dto.- 4150-485 Porto  
NIF 116.362.952 - Telef. 968790135 - leocerejeira@gmail.com

# Certificação Legal das Contas

**Leonardo Cerejeira**  
REVISOR OFICIAL DE CONTAS



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.396.229,69 euros e um total de capital próprio de 864.159,20 euros, incluindo um resultado líquido de 11.905,20 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

**Leonardo Cerejeira**  
REVISOR OFICIAL DE CONTAS



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

## Leonardo Cerejeira

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

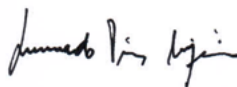
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

#### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 5 de março de 2021



Leonardo Pires Cerejeira

(ROC n.º 747)

# Acionistas

	N.º ações	%
<b>Pessoas coletivas (não residentes)</b>		
Information Y Desarrollo. S.L.	6.500	10,00
Oficina de Planeamiento.S.A	1.500	2,31
<b>Pessoas coletivas (residentes)</b>		
Elisa Babo & Rui Azevedo Consultores Lda.	895	1,38
<b>Pessoas singulares (não residentes)</b>		
Guy Ignace Bernard Marie Le Boterf	1.430	2,20
Philippe Marc Jacques de Lavaissiere de Lavergne (herdeiros)	1.000	1,54
<b>Pessoas singulares (residentes)</b>		
Alfredo António Cândido de Moura	10.365	15,95%
Manuel Carlos de Carvalho Fernandes	7.898	12,15%
Margarida Barreiros de Castro Feijó	3.875	5,96%
Mariana Barreiros de Castro Feijó	3.875	5,96%
Alberto João Coraceiro de Castro	2.400	3,69%
António Manuel Ferreira Figueiredo	2.250	3,46%
Isabel Maria Forbes de Bessa Lencastre	2.102	3,23%
Artur Augusto de Lima Costa	1.950	3,00%
Carlos José de Castro e Almeida	1.735	2,67%
Paulo Manuel Neto da Costa Pinho	1.300	2,00%
Álvaro Cerdeira do Coto	1.250	1,92%
Maria Elisa Pérez da Silva Babo	1.250	1,92%

Rui Manuel de Azevedo Pereira da Silva	1.250	1,92%
Daniel Filipe Navega Soeiro Botelho de Miranda	1.000	1,54%
Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga	1.000	1,54%
Rui Casal Figueiredo	900	1,38%
Leonardo Filipe Seixas Barreto Costa	825	1,27%
Joana Taveira Almodovar	800	1,23%
Maria de Lurdes Maciel Gomes da Cunha	750	1,15%
José da Silva Costa	650	1,00%
Hugo Casal Figueiredo	600	0,92%
Rute Marques de Almeida Afonso	550	0,85%
Alberto Manuel Botelho de Miranda	500	0,77%
Ana Maria Moreira Freire de Moraes Barroco Parreira do Amaral	500	0,77%
André Seabra Real Sampaio da Nóvoa	500	0,77%
José Júlio Rodrigues Portugal	500	0,77%
Maria Margarida Fernandes Ruivo	500	0,77%
Álvaro António Gomes Domingues	400	0,62%
Joaquim Luís dos Anjos Imaginário	400	0,62%
Jorge Eduardo de Abreu Ferreira Simões	400	0,62%
Carmen de Jesus Dores Cavaco	250	0,38%
Paulo Alexandre Faria Condeça Feliciano	250	0,38%
Rui Manuel Vieira Passos Mealha	250	0,38%
Teresa Cláudia Pimenta Marvão Mendes	250	0,38%
Diogo Cardoso Campos Magalhães de Carvalho	200	0,31%
Ricardo Valente Cardoso	200	0,31%
<b>TOTAL (n.º ações)</b>	<b>65.000</b>	<b>100,00</b>

